

A CONTABILIDADE PÚBLICA E OS GASTOS COM O SISTEMA DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ALTA FLORESTA – MT, EM 2014

SILVA, Jaine da¹
jai_ne_silva@hotmail.com

RESUMO

Este artigo busca obter informações sobre a contabilidade pública e os gastos com o sistema de adoção de crianças e adolescentes do município de Alta Floresta-MT. O objetivo do trabalho é transmitir à população em geral informações sobre o funcionamento desse sistema. Como método de abordagem foi empregado o indutivo, que sai dos problemas diários de uma empresa, voltando-se para uma visão, a qual possa ser utilizada para diversas outras instituições. O método de procedimento usado foi o comparativo tendo a finalidade de confrontar as semelhanças e as diferenças. Como técnica de coleta de dados foi usado o questionário, quinze pessoas que trabalham no departamento de finanças da prefeitura de Alta Floresta e Fundação Servir participaram. Após a realização do questionário afirma-se que não há um gasto exorbitante da prefeitura com a adoção de crianças e adolescentes do município, pois a ajuda é bastante pequena diante dos gastos que o abrigo apresenta. Ademais constata-se que no ano de 2014 nenhuma criança foi adotada, pois não existe lista de adoção, já que os pais dessas crianças se encontram vivos e com o pátrio poder sobre elas.

Palavras-chave: Adoção. Ciências Contábeis. Contabilidade Pública.

ABSTRACT

This article seeks to obtain information on public accounting and expenditures for the system of adoption of children and adolescents in the municipality of Alta Floresta-MT. The objective is to convey to the general public information on the operation of this system. How to approach the inductive method was employed, leaving the everyday problems of a company turning to a vision in which can be used for various other institutions. The method used was the comparative procedure with the purpose of comparing the similarities and differences. As data collection technique was used the questionnaire, fifteen people working in the finance department of city hall of Alta Floresta and Serve Foundation participated. After completing the questionnaire it states that there is an exorbitant expense of city hall with the adoption of children and adolescents in the city because the help is quite small before spending the shelter features. Concluding that in 2014 no child was adopted because there is no adoption list, containing the parents of these children are living and the parental authority over them.

Keywords: Adoption. Accounting Science. Public Accounting.

¹Acadêmica do segundo semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Direito de Alta Floresta (FADAF).

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa auxiliar a sociedade a obter mais informações sobre adoção, bem como averiguar se a adoção de crianças e adolescentes afeta de alguma forma a contabilidade pública da cidade. Fazendo essa reflexão espera-se contribuir para que o sistema mais ágil para o bem das crianças.

O tema do trabalho científico tem como base a Ciência Contábil. Mas, por ser um campo muito vasto de informações, foi preciso delimitar o tema, que neste caso será o sistema de adoção de crianças e adolescentes em Alta Floresta engajado na Ciência Contábil.

Assim surgindo com essa delimitação a seguinte problemática: Como a contabilidade pública, no ano de 2014, sofreu com a interferência da falta de agilidade no sistema de adoção de crianças e adolescentes em Alta Floresta?

Uma das hipóteses levantadas através dessa problemática foi que, se as pessoas responsáveis por esse departamento da contabilidade pública do município averiguassem uma forma de agilidade maior ou uma capacitação melhor dos profissionais envolvidos, o processo de adoção seria mais rápido e contribuiria para ambos os lados, o município e quem adota.

A justificativa para a escolha do tema se dá a partir de vários questionamentos perante a sociedade sobre esse determinado assunto, para aprofundar conhecimentos nessa área da contabilidade pública, pois está vinculada com a futura profissão de contador.

2 DESENVOLVIMENTO

Para a realização do trabalho científico é necessário estabelecer alguns métodos e técnicas, mais especificamente é preciso definir a forma como será feito o trabalho. Como método de abordagem será utilizado o método indutivo, pois, de acordo com Lakatos e Marconi (2010, p. 68), “indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo dos dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”. Ou seja, uma organização que parte dos dados particulares e chega aos dados gerais, possibilitando avançar o conhecimento além do que se enxerga.

Como método de procedimento será utilizado o método comparativo com base em Lakatos e Marconi (2010, p. 89): “este método realiza comparações, com a finalidade de

verificar similitudes e explicar divergências”. É uma das melhores formas de expor características iguais ou diferentes dentro do tema.

A técnica de pesquisa usada será a pesquisa de campo que, de acordo com Lakatos e Marconi (2010, p. 186), “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta”, ou seja, ajuda na formulação das respostas do problema em questão.

Não deixando de citar a técnica de pesquisa bibliográfica, pois ela é um elemento fundamental desse trabalho. Para Lakatos e Marconi (2010, p.183): “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”, com isso a pesquisa levanta todas as informações necessárias através de boletins, rádios, jornais, revistas, livros etc.

Também precisa-se delimitar o universo de amostragem e fazer o tratamento de dados, para melhor entendimento do trabalho.

A delimitação do universo da amostragem se dá a partir dos funcionários da prefeitura de Alta Floresta e da Fundação Servir/Pinardi, em frente à secretária de finanças do município, que está fornecendo dados e informações necessárias ao tema da pesquisa. A pesquisa foi realizada em maio de 2015, sobre o ano de 2014.

Diante disso, realiza-se o tratamento de dados com base nos autores estudados e em pesquisas elaboradas, também, a partir das informações coletadas nos questionários aplicados.

Para a realização do trabalho será necessário ampliar os conhecimentos sobre o assunto. Nesse caso inicia-se com o conceito de contabilidade, por seguinte, a adoção de crianças e adolescentes e contabilidade pública.

A contabilidade é uma ciência social que se modifica conforme as necessidades da sociedade. Ela tem como objetivo o estudo do patrimônio tanto da pessoa física quanto jurídica, e sua finalidade é fornecer as informações para tomadas de decisões. Já a contabilidade pública é o ramo da contabilidade que se presta coletar, registrar e controlar os atos e fatos relacionados ao patrimônio público e suas variações, bem como acompanhar a execução do orçamento (KOHAMA, 2003).

A contabilidade pública tem como principal campo de atuação o das pessoas jurídicas de Direito Público. Para Piscitelli (et all, 1987, p.17):

Empresas públicas e fundações quando se utiliza recursos à conta do orçamento da união, ora, a aplicação de recursos provenientes do Tesouro está sujeita aos controles internos e externos e, conseqüentemente, a sua contabilização deve seguir um modelo que assegure uma padronização: Por isso mesmo existe um Plano de

Contas único, e os demonstrativos contábeis também são obrigatórios e padronizados.

Um dos pontos mais fascinantes da contabilidade é justamente esse, ela se modifica conforme as necessidades, por isso cada empresa tem o seu próprio plano de contas para distinguir seus afazeres. A lei nº 12.010, de 03.08.2009, chamada de lei da adoção, na verdade cuida de fortalecer o direito da convivência familiar de crianças e adolescentes; prioriza a promoção social da família e cuida da colocação em família substituta sob a forma de guarda, tutela e adoção.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) precisa ser manuseado por toda a sociedade, uma vez que, para o funcionamento de todas as prioridades e garantias dos direitos, há necessidade do trânsito livre das pessoas que integram a rede de proteção.

Para Chaves (1983, p.5):

Os que mais freqüentemente adotam são os casais estéreis, que sentem a necessidade imperiosa de corrigir a natureza ingrata, que lhes negou a descendência. Para esses, a adoção, além de fornecer satisfação de um imperioso desejo corresponde a impulsos d'alma, que devem ser cultivados, não sendo raro que o amor pelo filho adotivo evite desvios dos cônjuges, que a monotonia do lar afastaria um do outro, sem o cuidado que lhes pede o ser que, como centro de convergência dos afetos de ambos, pode reanimar uma afeição vacilante.

Não precisa necessariamente ser nessa ordem, dos casais serem estéreis para quererem adotar uma criança, hoje em dia há muitos casos de homossexuais que procuram o ECA para buscar uma ajuda para saber um pouco mais sobre os trâmites de uma adoção segura. Porém, em uma das pesquisas já feitas, 80% dos casos são de pessoas com problema de infertilidade Maux e Dutra (2006, s/p) afirmam:

Em uma pesquisa realizada [em 2006] envolvendo famílias de vários estados do país, 50% dos entrevistados trouxeram como motivação para a adoção o fato de não terem os próprios filhos (incluindo-se aí aqueles que desejavam escolher o sexo da criança ou problemas de infertilidade para gerar o segundo filho). Para aqueles que não possuíam filhos biológicos, a infertilidade foi apresentada como motivação por mais de 80% dos respondentes”, revelaram as psicológicas Elza Dutra e Ana Andréa Barbosa Maux, no artigo “A adoção no Brasil: algumas reflexões”, publicado em 2010 na revista Estudos e Pesquisas em Psicologia.

Não se pode mandar ninguém adotar uma criança apenas por vaidade. Não é qualquer pessoa que vai adotar. Para tudo há uma preparação legal, segura e para sempre. Uma das cuidadosas avaliações a serem feitas pela equipe das varas de infância é a situação econômica dos pretendentes à adoção antes de incluí-los no cadastro nacional. Muitas vezes, perde-se muito tempo para a criança na tentativa de reintegrá-la à família natural.

Por isso a existência de uma boa equipe é fundamental para abreviar esse tempo de espera. A lei também estabelece que os recursos devam ser julgados no prazo máximo de 60 dias, o que nem sempre é observado. Com base em informações publicadas no site do Senado:

O juiz Sérgio Kreuz afirma que a questão do prazo é um dos grandes dilemas da Justiça da Infância e da Juventude. Quando o juiz decide com muita rapidez, pode estar impedindo que a criança seja reinserida na família natural e, quando demora a decidir, poderá estar inviabilizando uma futura adoção. “A lei exige que o juiz esgote as possibilidades de reintegração na família natural ou extensiva. Mas por quanto tempo se deve tentar a reintegração? É uma questão de difícil avaliação”, pondera. (BRASIL, 2008, s/p)

Sabe-se que tudo tem sua hora certa de acontecer, porém nesse caso quanto antes melhor, para cada lado interessado. O estatuto da criança e do adolescente (ECA) autoriza a adoção de qualquer menor, independente de sua condição, visando sua proteção, principalmente se seus direitos forem ameaçados.

Uma das medidas de proteção é a colocação desse menor em família substituta, sendo esta uma das formas de adoção. A adoção é irrevogável. Entretanto se houver maus tratos por parte dos adotantes, estes poderão ser destituídos do pátrio poder, como ocorreria se fossem os pais biológicos.

Em uma pesquisa feita pelo pesquisador francês Fajnwaks, informações publicadas no site da USP, em matéria de Bruna Alencar (2013, s/p)

O importante é mostrar quais os benefícios que a adoção pode gerar para a criança e como isso pode contribuir no seu desenvolvimento. “Tendo isso esclarecido, a questão da homoafetividade ou da heteroafetividade não interfere”, pontua o especialista ao refutar o argumento de que a adoção por casais homossexuais possa interferir na formação sexual da criança, pois, ainda que a criança não possua a figura feminina em casa, ela com certeza irá conviver com essa figura na escola, na rua e até mesmo no âmbito familiar expandido.

Muitos se identificam com as ideias e pensamentos desse pesquisador francês, pois a base de uma família começa com respeito, amor, sinceridade e muita força de vontade, e se precisa deixar o preconceito sempre de fora. Isso não se cabe apenas na adoção, e sim na vida de qualquer ser humano. Juntamente com essas considerações, tem-se a da professora Ivonise Motta: “As famílias passam por uma avaliação psicológica e psicossocial para receber as crianças. Após esse processo as famílias realizam visitas esporádicas às crianças, o que consequentemente pode levar à formalização de uma adoção bem sucedida” (MOTTA, 2013, s/p).

Os candidatos que querem adotar uma criança passam por um acompanhamento psicológico, assim como a criança, antes e depois da adoção. Tal acompanhamento se a necessário porque é importante analisar como se dá o período de adaptação familiar entre ambos.

A adoção estatutária é a prevista no ECA para os menores de dezoito anos. É chamada, também, de adoção plena, porque promove a absoluta integração do adotado na família do adotante, desligando-o completamente da sua de sangue, exceto no tocante aos impedimentos

matrimoniais. Como o referido Estatuto é omissivo no tocante à adoção do nascituro, Antonio Chaves (1995, p. 165) a considera suprimida do direito.

Assim, no dizer de Valentino de Souza Rabindranath (1973, p.11), ela vem se adaptando a finalidades distintas, trazendo como consequência tipos de adoções totalmente diversas, quer na sua forma de constituição, quer nos seus efeitos. Adoção é modalidade artificial de filiação que busca imitar a filiação natural.

Daí ser conhecida também como filiação civil, pois não resulta de uma relação biológica, mas de uma manifestação de vontade, conforme o sistema do Código Civil de 1916, ou de sentença judicial, no atual sistema do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90), e Código Civil.

Com informações a partir do Sistema de Informações Sobre a Criança e o Adolescente em Abrigos (SIABRIGOS) tem-se uma base do custo mensal desses abrigos a partir do (SIABRIGOS, s/d, p. 8)

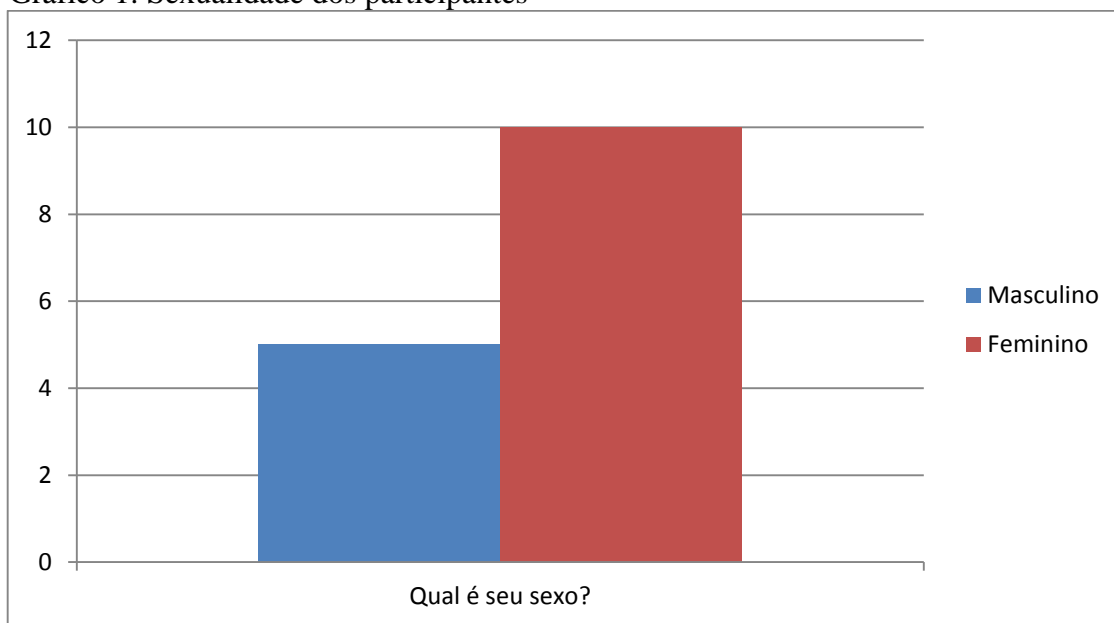
Para se obter esse custo, deve-se inicialmente considerar o total das despesas realizadas em um determinado mês. Posteriormente, calcula-se o número de crianças atendidas pelo abrigo no mês, observando-se a seguinte equação: Total de entradas + (mais) número de crianças que permaneceram no abrigo todo o mês – (menos) o número de saídas no mês. Divide-se o total de gastos realizados pelo abrigo pelo número total de crianças e adolescentes que estavam no abrigo no mês de referência e assim obtém-se o custo per capita mensal de cada abrigado.

Nesse caso depende minuciosamente de quantas crianças terá no abrigo e quanto arrecadaram de dinheiro durante o mês, porque se engana quem pensa que essas instituições sobrevivem apenas do que o governo lhes proporciona. Logicamente em questões econômicas e financeiras relacionadas ao setor público, nada é confiável.

O governo distribui informações para a população segundo as quais tem um enorme gasto com essas instituições de abrigo para menores, mas poucos sabem o que realmente acontece em relação a isso.

Para que se conseguisse chegar às informações citadas, foram distribuídos quinze questionários, para os funcionários do departamento da secretaria de finanças do município e Fundação Servir, entre eles são dez mulheres e cinco homens, com perguntas dissertativas e argumentativas a respeito do sistema de adoção de crianças e adolescentes. A primeira pergunta é sobre a sexualidade dos participantes.

Gráfico 1: Sexualidade dos participantes

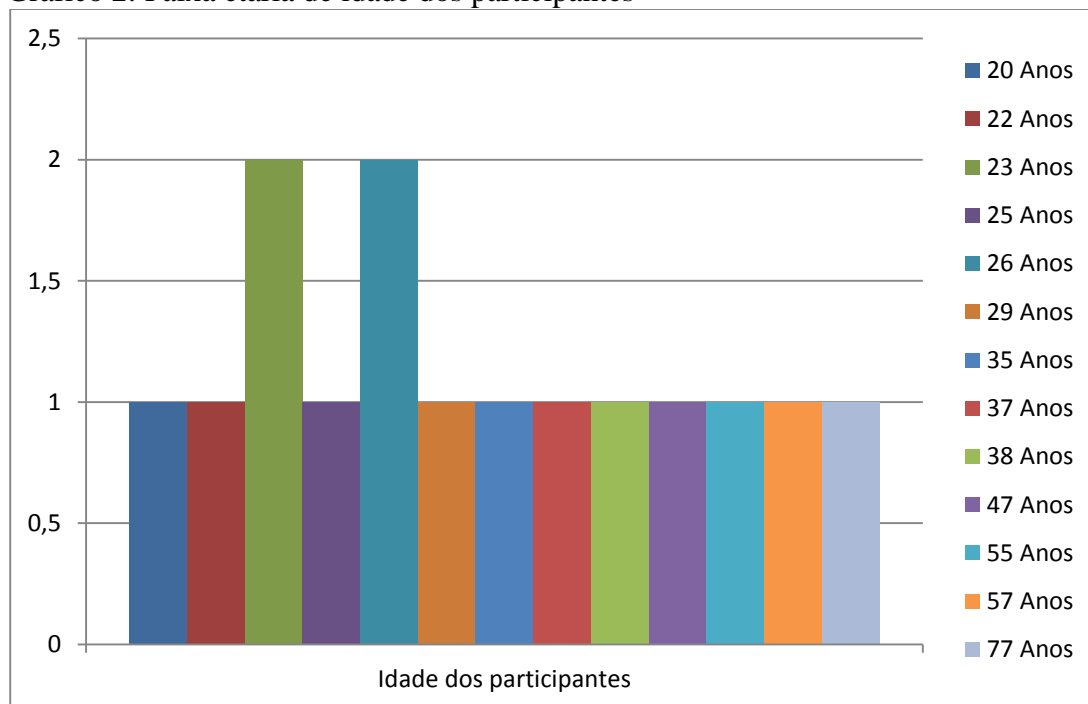


Fonte: Questionário

No gráfico a cor vermelha representa o sexo feminino e o azul o sexo masculino para melhor se entende o resultado da pesquisa.

A segunda pergunta averigua a idade de cada um dos participantes da pesquisa;

Gráfico 2: Faixa etária de idade dos participantes

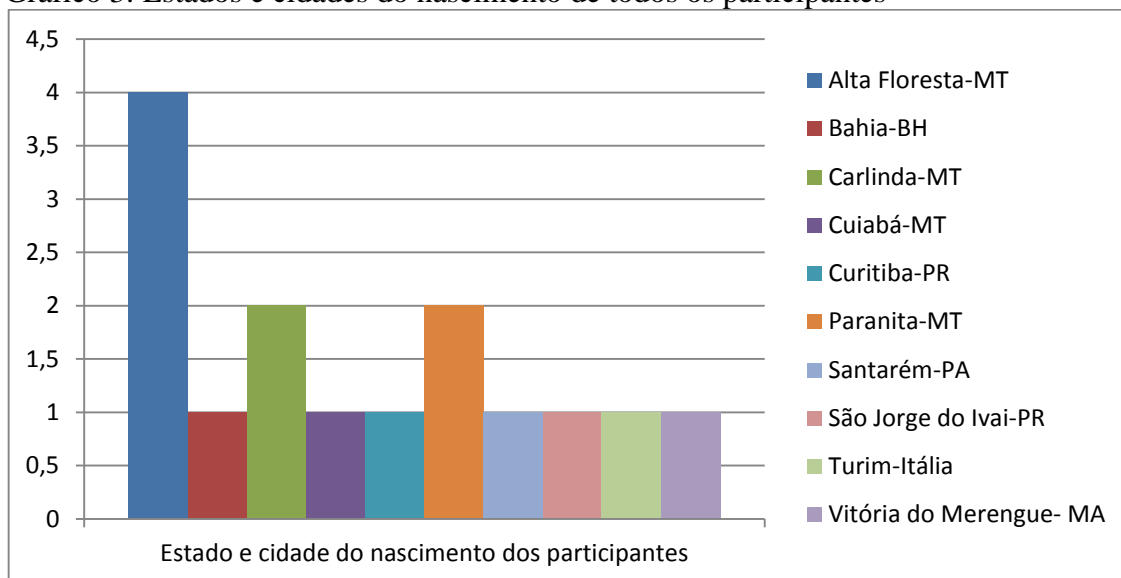


Fonte: Questionário

A pesquisa demonstra diversificação nas idades dos participantes, pois há muitos jovens no começo de sua caminhada, como outros mais experientes na estrada de uma vida.

Na terceira, qual a origem de cada pessoa, cidade e estado onde nasceram.

Gráfico 3: Estados e cidades do nascimento de todos os participantes

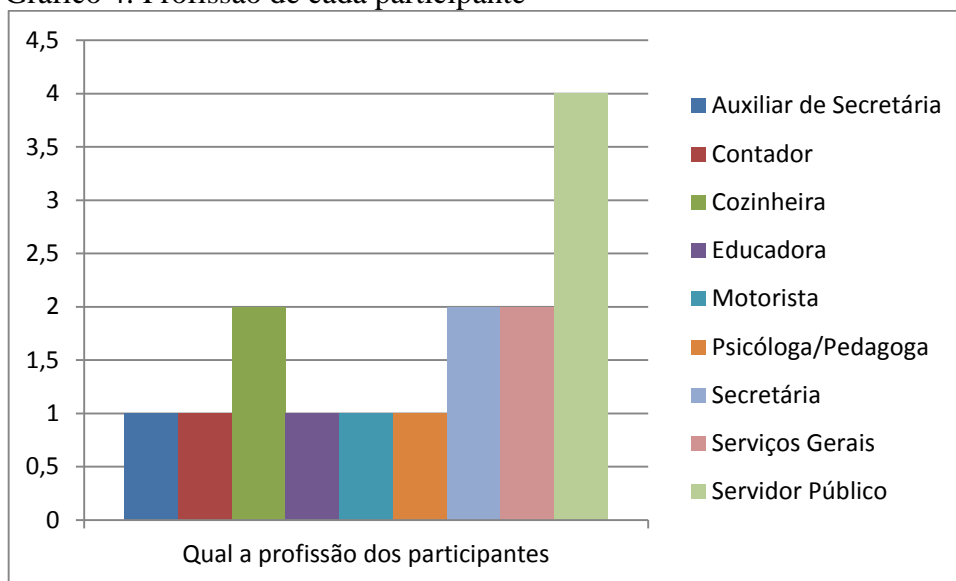


Fonte: Questionário

Na pesquisa verifica-se que quatro participantes são da cidade de Alta Floresta-MT; dois, de Paranaíta-MT; dois, de Carlinda-MT; um de Turim, Itália e os demais citados no gráfico, apenas um de cada cidade.

A quarta questão solicitava a profissão de cada um dos participantes, nas quais foram apresentadas as de serviços gerais, cozinheira, educadora, auxiliar de secretária, servidor público, psicóloga/pedagoga, contador, secretária e motorista.

Gráfico 4: Profissão de cada participante

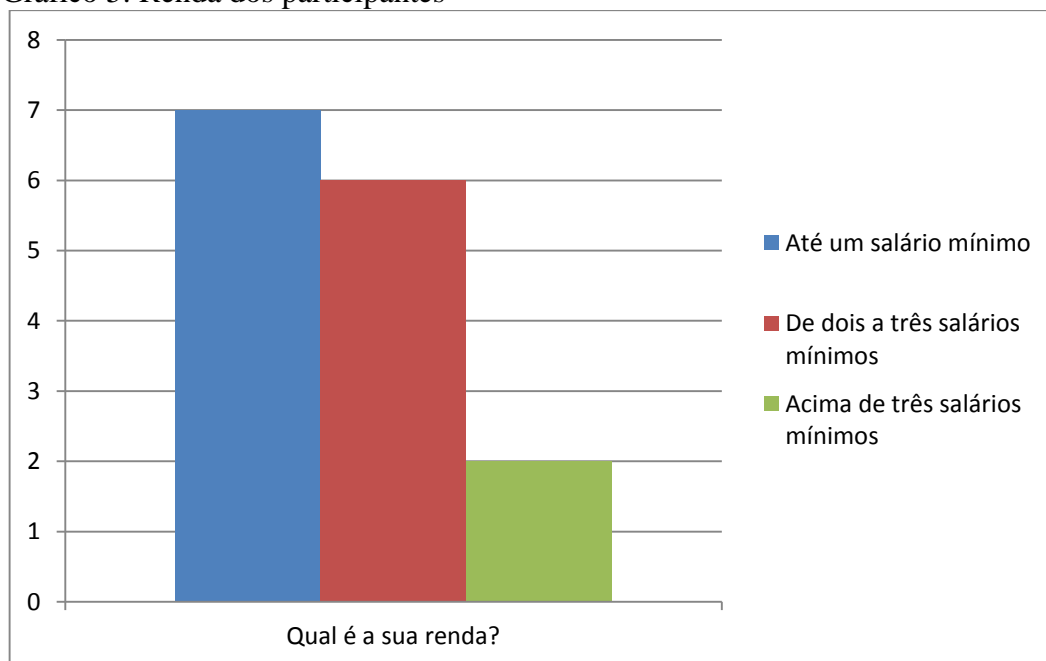


Fonte: Questionário

A pesquisa informa que quatro são servidores públicos; duas, secretárias; duas, cozinheiras; duas, serviços gerais e, dos outros profissionais, apenas um de cada: contador educadora, psicóloga/pedagoga, auxiliar de secretária e motorista.

A quinta pergunta foi sobre a renda de cada profissional, cujo resultado é apresentado com o gráfico abaixo:

Gráfico 5: Renda dos participantes

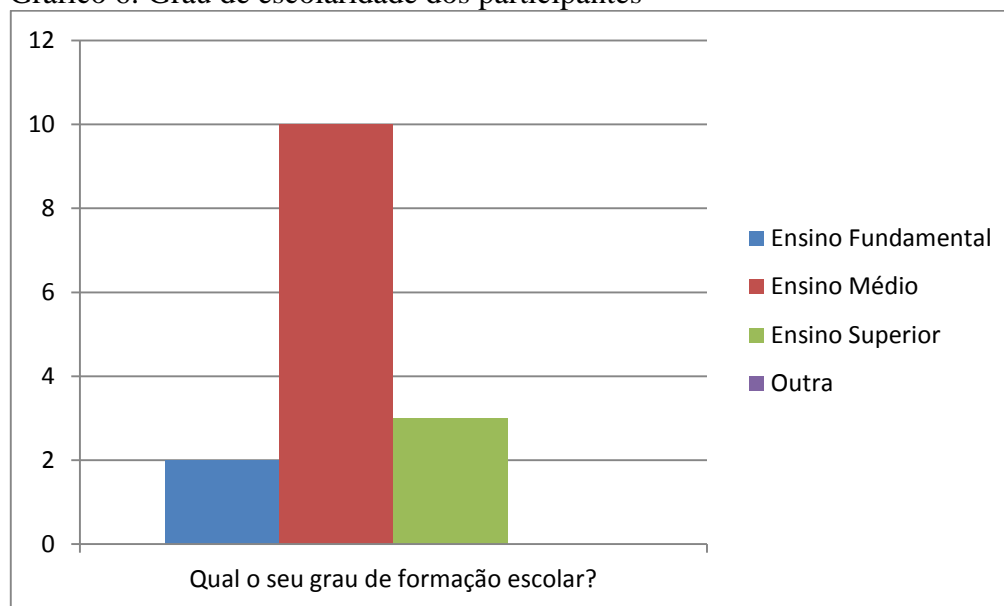


Fonte: Questionário

A renda de um salário mínimo está presente na vida de sete dos participantes; seis recebem de dois a três salários mínimos e apenas dois recebem acima de três salários mínimos.

A sexta pergunta foi sobre a formação escolar dos participantes e o resultado está apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 6: Grau de escolaridade dos participantes



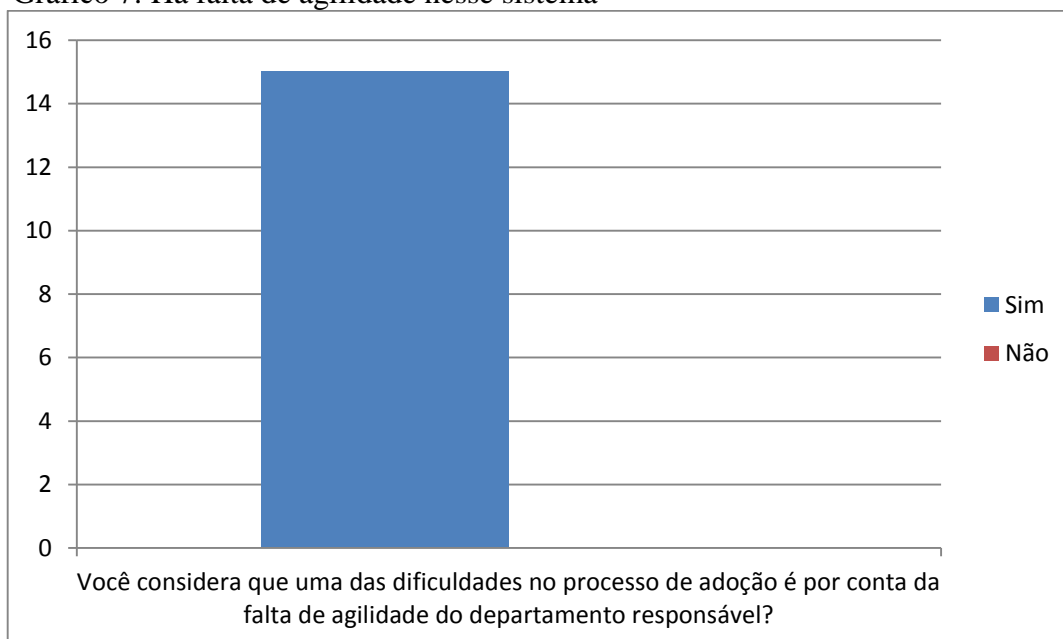
Fonte: Questionário

Apenas dois dos participantes têm somente o ensino fundamental que, no gráfico, está representado pela cor azul; a grande maioria está na cor vermelha do gráfico; que totaliza dez dos participantes que apresentam o ensino médio completo; três, ensino superior pela cor verde e a cor roxa não aparece no gráfico porque ninguém respondeu a opção outra.

Na sétima, foi questionado como funcionou o sistema de adoção de crianças e adolescentes em Alta Floresta no ano de 2014, todas as respostas foram iguais, que esse sistema é muito lento, alguns até citaram que talvez fosse falta de pessoas qualificadas nessa área, e participantes relataram que isso sempre aconteceu não apenas no ano de 2014.

Oitava questão, foi questionado se o entrevistado considera que uma das dificuldades no processo de adoção de crianças e adolescentes é por conta da falta de agilidade do departamento responsável. No gráfico abaixo, apresenta-se o resultado:

Gráfico 7: Há falta de agilidade nesse sistema

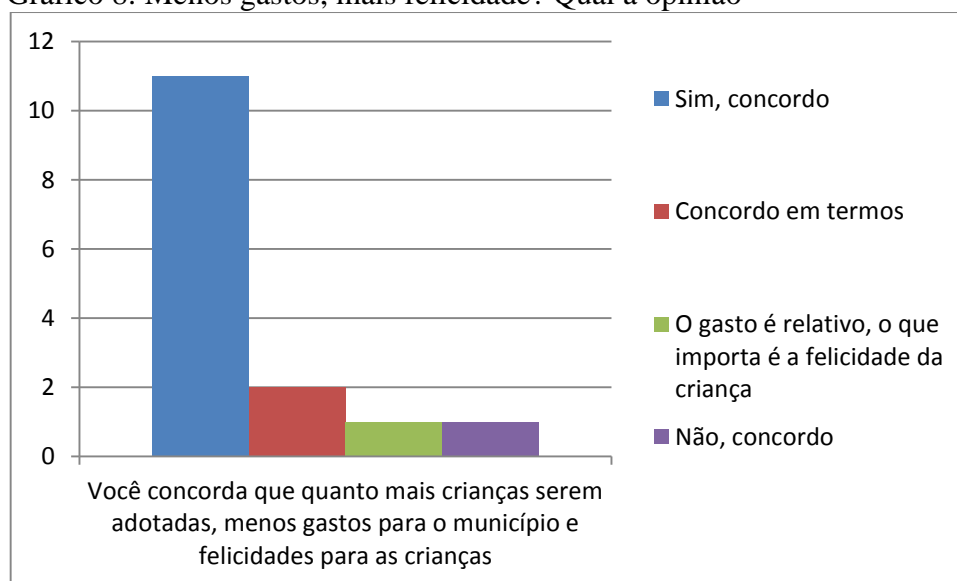


Fonte: Questionário

Todos sem exceção concordam que há, sim, falta de agilidade no sistema de adoção de crianças e adolescentes, isso não acontece apenas aqui, em uma cidade do norte do Mato Grosso e, sim, país inteiro.

A nona perguntava: Em sua opinião você concorda que quanto mais crianças forem adotadas, menos gastos para o município e mais felicidades para essas crianças e adolescentes? O gráfico abaixo relata o resultado da questão.

Gráfico 8: Menos gastos, mais felicidade? Qual a opinião

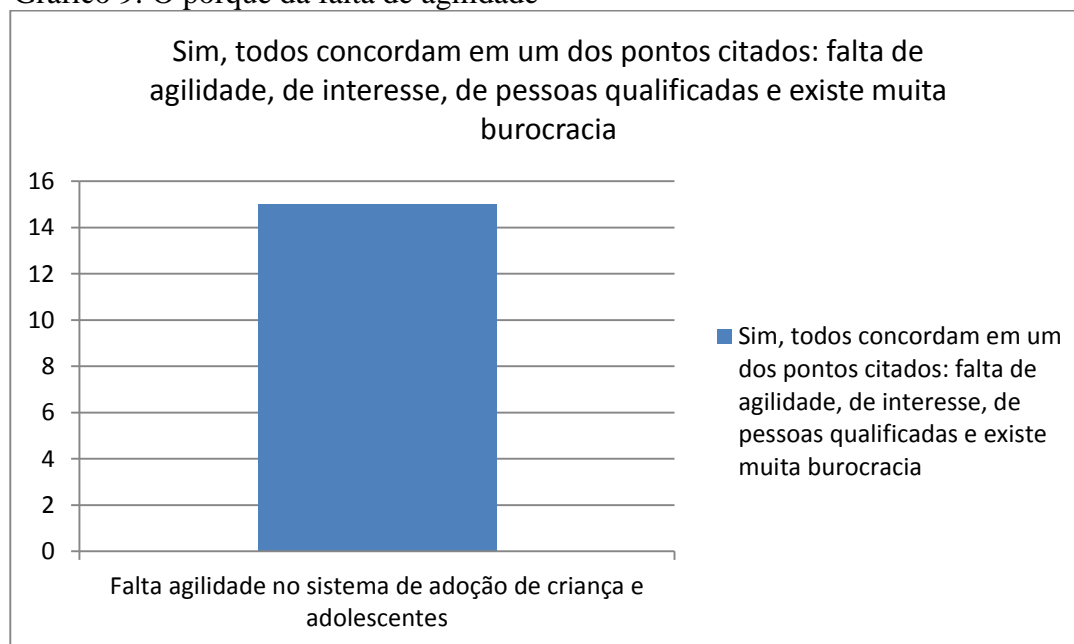


Fonte: Questionário

Das quinze pessoas que responderam o questionário, onze concordaram, duas concordaram apenas na questão que seria mais felicidade para as crianças, mas não afetaria de forma grandiosa os gastos do município, uma pessoa respondeu o seguinte: que o gasto é relativo, mas a felicidade das crianças seria ótima e outra não concordou.

Na décima questão foi abordado se há, de alguma forma, falta de agilidade nesse processo de adoção de crianças e adolescentes e o porquê disso ocorrer.

Gráfico 9: O porquê da falta de agilidade

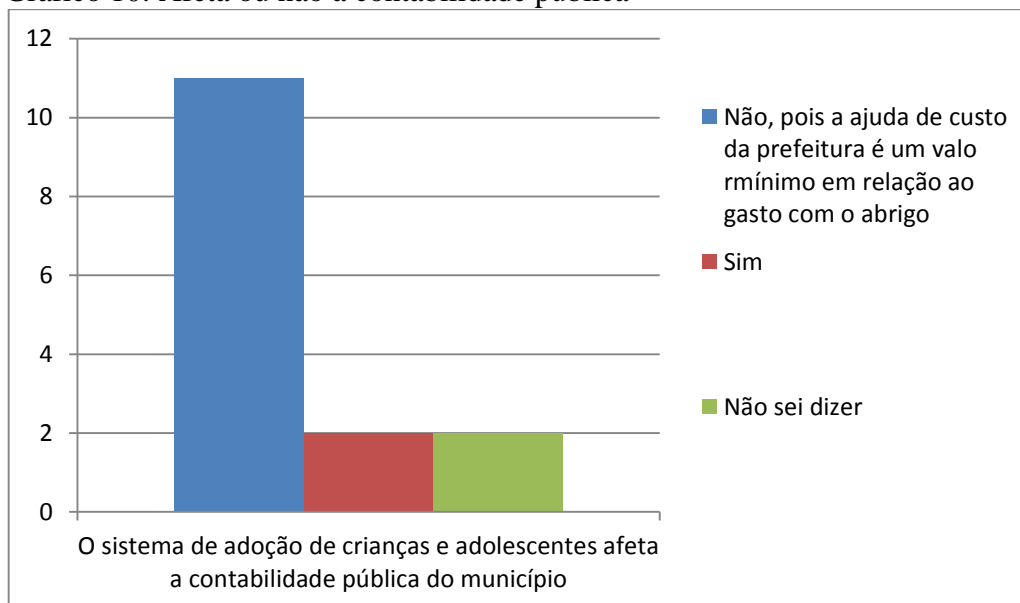


Fonte: Questionário

Todas as pessoas responderam que sim, há falta de agilidade, de interesse, de pessoas capacitadas na área, novamente apontada muita exigência e burocracia.

Na décima primeira pergunta foi questionado se o sistema de adoção de crianças e adolescentes afeta de alguma forma a contabilidade pública do município de Alta Floresta, sendo essa a pergunta da problemática do trabalho.

Gráfico 10: Afeta ou não a contabilidade pública



Fonte: Questionário

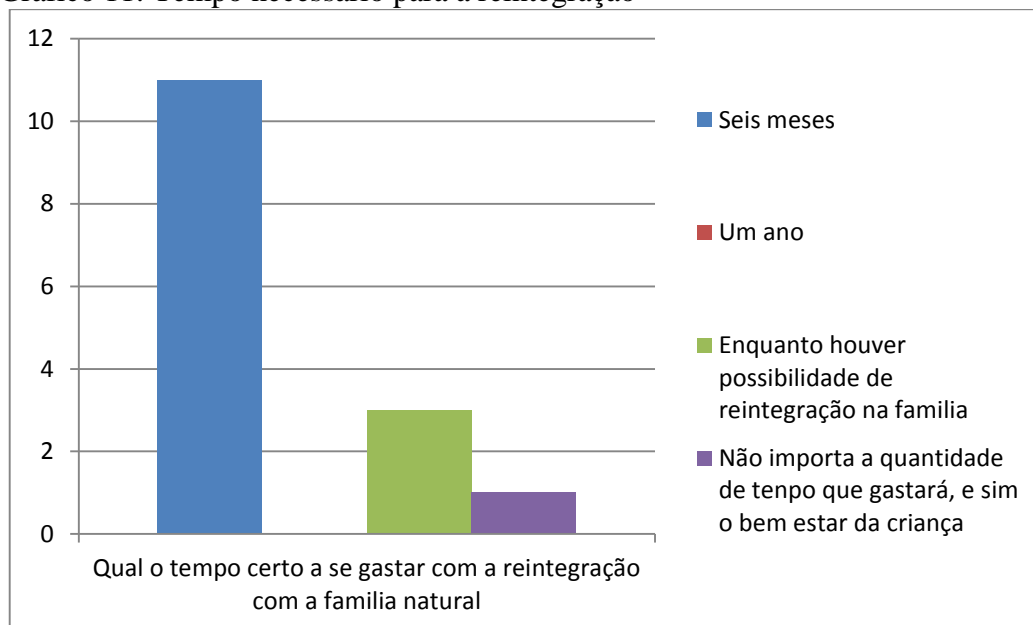
Como todos trabalham nessa área, as respostas foram quase todas as mesmas, uma minoria não sabia dizer se afeta ou não (um participante), mas a grande maioria (doze dos participantes) disse que não afeta, pois a ajuda de custo da prefeitura é um valor mínimo em relação aos gastos do abrigo.

Na décima segunda foi questionado sobre quantas crianças estão na lista para adoção, muitos não souberam dizer quantas há nessa lista, porém três pessoas disseram que essa lista nem existe, pois todas as crianças que estão no abrigo têm pai e mãe, que ainda estão com o pátrio poder sobre essas crianças.

Na décima terceira pergunta questionou-se quantas crianças foram adotadas no ano de 2014, foi onde novamente muitos não souberam dizer; em contrapartida, três disseram que nenhuma criança foi adotada porque não existe esta fila aqui no município, pelo motivo de a justiça não ter tirado o pátrio poder dos pais biológicos dessas crianças.

Na última questão, a décima quarta, se expôs que a lei exige que o juiz esgote as possibilidades de reintegração na família natural ou extensiva da criança. Mas por quanto tempo se deve tentar e, no gráfico abaixo, é apresentado o resultado.

Gráfico 11: Tempo necessário para a reintegração



Fonte: Questionário

No gráfico, a cor azul representa os onze participantes que assinalaram a opção de seis meses, o vermelho não aparece porque ninguém escolheu essa opção de um ano, o verde representa um participante que defende que enquanto houver a possibilidade é o que vale e a cor roxa representa um participante que defende a opção que não importa o tempo e sim o bem estar da criança.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito principal dessa pesquisa é saber através da problemática como a contabilidade pública, no ano 2014, sofreu com a interferência da falta de agilidade no sistema de adoção em Alta Floresta-MT, gerando o objetivo de estudar esse sistema e assim divulgar essas informações à sociedade.

Com isso, a presente pesquisa apresentou importantes contribuições para a afirmação que não há nenhum gasto exorbitante do governo/prefeitura para com esses abrigos, a ajuda de custo que ambos concedem é um valor mínimo em relação ao valor gasto no abrigo, então a contabilidade pública do município não é afetada por esse requisito da adoção.

Através do questionário aplicado aos funcionários do departamento da secretaria de finanças do município e Fundação Servir, consegue-se alcançar o objetivo de transparecer as

informações de que a falta de agilidade não está ligada ao gasto com esses abrigos, já que se vê que esse gasto é pouquíssimo.

Aponta também uma das hipóteses, a qual seria a falta de qualificação das pessoas envolvidas nesse sistema, a falta de experiência e interesse com o bem estar dessas crianças e adolescentes. Por isso a existência de uma boa equipe é fundamental para abreviar esse tempo de espera. A lei também estabelece que os recursos devam ser julgados no prazo máximo de 60 dias, o que nem sempre é observado. Com base em informações publicadas no site do Senado:

O juiz Sérgio Kreuz afirma que a questão do prazo é um dos grandes dilemas da Justiça da Infância e da Juventude. Quando o juiz decide com muita rapidez, pode estar impedindo que a criança seja reinserida na família natural e, quando demora a decidir, poderá estar inviabilizando uma futura adoção. “A lei exige que o juiz esgote as possibilidades de reintegração na família natural ou extensiva. Mas por quanto tempo se deve tentar a reintegração? É uma questão de difícil avaliação”, pondera. (BRASIL, 2008, s/p).

Muitas vezes, nos abrigos, essa criança tem o que comer, vestir, onde dormir, mas não se está falando apenas nesse tipo de bem estar. Quer-se um lar cheio de carinho, afeto, que tenha uma atenção especial que somente uma família terá.

No relato de um dos questionários a pessoa cita que existem três irmãos na Fundação Servir que chegaram há três anos no abrigo e até hoje o juiz não teve uma posição do assunto. Esse é apenas um exemplo dos casos existentes. Portanto está claro que existem muitos outros questionamentos sobre o sistema de adoção de crianças e adolescentes.

Essa pesquisa teve como método de abordagem o indutivo, uma organização que parte dos dados particulares e chega aos dados gerais, possibilitando avançar o conhecimento além do que se enxerga.

Não se deixa de citar as técnicas de pesquisa usadas, que é a pesquisa de campo que, de acordo com Lakatos e Marconi (2010, p. 186): “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta”, ou seja, ajuda na formulação das respostas do problema em questão.

Juntamente com a técnica de pesquisa bibliográfica, que foi um dos elementos fundamentais desse trabalho. Para Lakatos e Marconi (2010, p.183): “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”, com isso a pesquisa levantou todas as informações necessárias através de revistas, livros e sites de grandes nomes.

Sugere-se que este trabalho não seja finalizado neste momento, mas sim reaproveitado por aqueles que tenham o mesmo interesse de aprofundamento nesse assunto que foi debatido.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Bruna; MOTTA, Ivonise Fernandes da. Pesquisador francês discute a adoção por casais homoparentais no IP. Disponível em: <<http://www5.usp.br/30276/pesquisador-frances-discute-a-adocao-por-casais-homoparentais-em-encontro-no-ip>>. Acesso em 05 de maio de 2015

BRASIL. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao.aspx>. Acesso em 05 de maio de 2015.

CHAVES, Antônio. Revista dos tribunais. Adoção, adoção simples e adoção plena. 1983

_____. Adoção: adoção simples e adoção plena. São Paulo: Julex, 1995

KOHAMA, Heilio; **Contabilidade pública teoria e prática**. Editora Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias; BRUM, Sandra Maria Deud;

RABINDRANATH, Valentino A. Capelo. de Souza. **A adoção: Constituição e relação adotiva**. Coimbra: Ed. Coimbra, 1973.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade Pública** São Paulo Editora Atlas, 1987.

SISTEMA de Informações Sobre a Criança e o Adolescente em abrigos (SIABRIGOS). Disponível em :<<http://www.neca.org.br/siabrigos/abrigos.pdf>>. Acesso em 07 de maio de 2015